

Reconquista da confiança e estabilidade na regra do jogo

MARIO AMATO

Quem quer que se disponha a fazer algum tipo de investimento produtivo ou de aplicação financeira no Brasil está hoje mais confiante e propenso a fazê-lo do que há um ano. Quem quer que tenha feito algum tipo de investimento produtivo ou de aplicação financeira no Brasil talvez ainda não durma totalmente tranquilo, mas certamente precisa cada vez menos de tranquilizantes para conciliar o sono.

Constatações tão simples como essas já são suficientes para mostrar que é positivo o saldo dos primeiros 12 meses da gestão do professor Marcílio Marques Moreira à frente do Ministério da Economia. Um ano de trabalho cujo mérito maior terá sido o de devolver à sociedade a confiança em que há um rumo claramente definido para a política econômica do governo, e estabilidade nas regras do jogo.

O fato de que a retomada do desenvolvimento só será possível com a redução da inflação a níveis aceitáveis é premissa já absorvida pela sociedade brasileira e acima de discussão. O governo tem consciência disso e vem mantendo o combate à inflação como principal prioridade da sua política econômica, agora, finalmente, sem o recurso a casuismos ou a pacotes de medidas heterodoxas.

Os empresários, individualmente ou por intermédio de suas entidades representativas, têm dado seguidas e expressivas manifestações de apoio à linha-mestra da atual política econômica do governo. Aplaudem, sobretudo, a aposta que ele vem fa-



zendo nos postulados do liberalismo econômico e o processo democrático que passou a adotar para a tomada de decisões. Animam-se, também, por estarmos vivendo uma fase de desregulamentação da economia sem precedentes na história brasileira.

No entanto, o empresariado se reserva o direito de questionar alguns aspectos da política econômica atual. É mais que justificada a preocupação com a amplitude do seu custo social, que se traduz objetivamente nos altos índices de desemprego, na corrosão do poder de compra dos salários, na contração do mercado e na própria debilitação das empresas. E há, também, uma grande inquietação com o ritmo lento da queda da inflação, e uma expectativa por maior celeridade nesse processo.

Há que se admitir que não existe política indolor de combate à inflação. Tal milagre jamais foi operado em qualquer parte do mundo. Por mais que se doure a pílula, o remédio que combate a inflação será sempre amargo de tomar. É verdade que a redução da inflação pode ser alcançada mais rapidamente, mesmo sem se ferir a ortodoxia liberal. O problema é que o organismo social brasileiro já está suficientemente debilitado para não suportar tal tratamento de choque.

Acho que neste momento devemos dirigir as nossas energias para a análise da delicada missão que o ministro da Economia terá daqui por diante — a missão de formular e de oferecer ao Congresso Nacional e à sociedade o remédio para a manifestação crônica da moléstia inflacionária, não apenas o paliativo para as suas crises agudas. Os ingredientes para tal antídoto são há muito conhecidos: elevação da receita pública via reforma fiscal e redução dos gastos dos governos federal, estaduais e municipais.

Está cada vez mais evidente que resultados convincentes e duradouros da política de combate à inflação dependem do

progresso que se obtiver no saneamento das contas públicas. Enquanto o ajuste fiscal não acontecer nas proporções requeridas, a única alternativa de que o governo dispõe é a de lançar mão do aumento da dívida pública e de uma rígida política monetária, como vem fazendo.

Acredito que o recurso a qualquer casuismo, como a aplicação de um empréstimo compulsório, por exemplo, seria totalmente desaconselhável, além de juridicamente questionável. Algo assim viria contrariar toda a filosofia da política de liberalização adotada pelo governo. Ademais, seria totalmente desnecessário voltar a enveredar por essa triilha de erros cujo destino é aquilo que se vem obtendo, com a captação de empréstimos voluntários.

Todo esse transe seria certamente menos doloroso se tivéssemos logrado reunir condições para um amplo acordo social em que o governo, empresas e trabalhadores fixassem regras para a distribuição da cota de sacrifício que cabe a cada um.

Infelizmente, isso não foi possível e, agora, parece-me fora de tempo fazer novas tentativas nesse sentido.

Resta-nos a opção de remetermos ao Congresso Nacional a responsabilidade pela análise e aprovação da reforma fiscal exigida por toda a sociedade. E urge fazê-lo, inapelavelmente, sob pena de perdemos todo o esforço empreendido até agora para impedir a escalada da inflação. A nós, empresários, assim como aos trabalhadores, cabe vigiar e esperar que o bom senso ilumine os nossos congressistas e eles possam entender que o futuro do País depende de equilíbrio que souberem dar à reforma fiscal. Carregar a mão no aumento da receita ou no corte das despesas pode nos levar ao desastre.

■ **Mario Amato**, empresário, é presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp).

